



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7622 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política da Educação Superior

PERFIL DO CONCLUINTE DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA NO BRASIL
Celia Cristina Pereira da Silva Veiga - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Agência e/ou Instituição Financiadora: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

PERFIL DO CONCLUINTE DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA NO BRASIL

Este resumo expandido é referente a um aspecto abordado em nossa tese de doutorado que como objeto o Curso Superior de Tecnologia (CST). Na tese, evidenciamos que o CST foi criado sob justificativa de atender à demanda por certificação em nível superior, mas, sua essência demonstra que sua criação se destina ao cumprimento de vários papéis, desde a formação de mão-de-obra para o emprego, subemprego e desemprego, até à conformação para realidade cada vez mais precária da vida no capitalismo (AUTOR, 2020; SOUZA, 2020a; FILHO; CHAVES, 2020).

A partir disso, tomamos como questão de investigação a definição do público alvo para o qual o CST foi criado. A fim de responder essa questão, nosso objetivo é analisar o perfil do concluinte desses cursos. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e finalidade explicativa, tendo como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental cujos tipos de instrumentos são a análise de fontes bibliográficas e a documentação.

Desde a normatização das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico (BRASIL, 2002), até o ano de 2018, o número de CST aumentou mais de 1.100%, principalmente na rede privada, que é responsável por 85% dos CST no Brasil (INEP, 2020). Dos 7.810 CST ofertados em 2018, mais de 50% foram realizados por Instituições de Ensino Superior (IES) de tipo Centro Universitário e Faculdade. De 2010 até 2018, o número de matrículas aumentou cerca de 141% na modalidade EaD e decresceu cerca de 19% na modalidade presencial, a ponto de as matrículas na modalidade EaD superarem o número de matrículas na modalidade presencial, em 2018 (Cf.: AUTOR, 2020; SOUZA, 2020b).

Entre 2010 e 2018, mais de 8 milhões de matrículas foram efetivadas nos CST. Mais de 80% dessas matrículas foram concentradas em 25 cursos, sendo o CST de Gestão de recursos humanos o mais acessado, com pouco menos de 1,4 milhão de matrículas. Mais da metade do número total de matrícula corresponde aos cursos que tratam, essencialmente, de gestão. Enfim, todos esses dados mencionados caracterizam o CST no Brasil.

Semelhantemente, um conjunto de traços caracterizam os concluintes desses cursos, conforme demonstramos a seguir, a partir de análise dos dados do Questionário do Estudante do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), de 2007 a 2018 (INEP, 2020). A média nacional de estudantes submetidos ao ENADE foi de 5% do número de matriculados nos CST. Nesse período, mais de 480 mil realizaram a avaliação.

A faixa etária média nacional de 33% dos concluintes dos CST foi superior a 31 anos de idade e 22% estavam na faixa etária entre 25 e 30 anos de idade, demonstrando que o perfil do concluinte dos CST é composto, principalmente, por estudantes que ingressaram tardiamente no ensino superior, decorridos 6 anos de conclusão do ensino médio, em média.

Cerca de 60% dos concluintes de CST responderam que seus pais concluíram apenas o ensino fundamental (primeiro ou segundo ciclo) e 30% informaram que concluíram o ensino médio. Apenas 10% dos participantes informaram que seus pais concluíram o nível superior. Apesar disso, mais de 60% dos estudantes informaram que algum membro da família concluiu o ensino superior.

Por outro lado, o principal estímulo para o ingresso no CST, informado por mais de 60% dos participantes do ENADE, foi a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e valorização profissional. Fator combinado com o valor da mensalidade e a proximidade da IES escolhida da residência ou do trabalho, para aqueles que ingressaram na rede privada.

Quase 50% dos concluintes de CST informaram que sua renda familiar total é de até 3 salários mínimos e que suas famílias são compostas por mais de 3 pessoas. Cerca de 40% informaram não terem renda ou que sua renda é insuficiente para seu sustento e outros 40% informaram contribuir para o sustento da família ou que são a principal fonte de renda familiar. Mais de 60% informaram que trabalham até 40h semanais e outros 40% que trabalham eventualmente ou não trabalham.

Cerca de 50% custeou o curso com recursos próprios e cerca de 15% tiveram bolsas pelo PROUNI ou outro programa público de concessão de bolsas. Mais de 90% não receberam nenhum tipo de bolsa permanência ou outra bolsa acadêmica. Cerca de 80% ingressaram no CST sem ações afirmativas e apenas 15% ingressaram com ações afirmativas pelo critério de renda ou por ter estudado em escola pública, embora cerca de 70% sejam egressos da rede pública. Cerca de 70% concluíram o ensino médio tradicional e 20% são egressos do ensino profissionalizante ou EJA no nível médio.

Cerca de 20% informaram que não leram nenhum livro e outros 30% informaram que leram até dois livros por ano. Cerca de 50% informaram que estudaram até 3 horas por semana. Bem como, mais de 98% dos concluintes de CST informaram que não participaram de nenhum programa curricular no exterior e 60% não tiveram oportunidade de aprender nenhum outro idioma na instituição onde concluíram o CST.

Todos esses aspectos, combinados, nos fornecem elementos para compreender o perfil nacional do egresso dos CST. A maior parte desse público teve sua educação básica nas redes públicas e são oriundos das camadas mais desfavorecidas da classe trabalhadora, conforme evidencia sua renda familiar, e com altos níveis de histórico familiar de não- acesso à educação. Fatores que impactam no ingresso tardio no ensino superior.

São trabalhadores com empregos pouco rentáveis e trabalhadores informais que, ávidos por certificação no ensino superior e encantados pela ideia de empregabilidade e valorização profissional, separam parte dos próprios recursos para custear o CST. A possibilidade de valorização profissional ou acesso ao mercado de trabalho estimula o ingresso na rede privada, mesmo que tenham que arcar pelos custos da própria formação.

Diante da falta de tempo e da quantidade de recursos disponíveis, optam pela modalidade EaD ou, no máximo, pelo horário noturno na modalidade presencial para realização do CST. A escolha pelos cursos tem como principais estímulos a facilidade de acesso (modalidade EaD) ou possibilidade de acesso (turno noturno) e o custo final. A falta de tempo reflete na dedicação precária à própria formação.

Embora a realidade concreta dos CST, no bojo da complexidade aprofundada pelo fomento à diversificação, não possa ser vista de modo uniforme por conta da existência de CST em realidades distintas, o perfil traçado pelos dados do Censo da Educação Superior e do ENADE evidencia a maior parcela desse objeto e confirma a tese de que tais cursos são destinados às frações da classe trabalhadora inconformadas com a formação de nível médio. Para esses, a dualidade educacional foi estendida até ao nível superior sob a forma de uma educação pragmática, imediatista e interessada destinada à formação e à conformação de fração da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação profissional. Ensino superior tecnológico. Curso Superior de Tecnologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF, 2002b.

INEP. Educação superior. Brasília, DF: 2020.

SOUZA, José dos Santos. Cursos superiores de tecnologia: a materialidade da formação enxuta e flexível para o precariado no Brasil. *Revista Trabalho Necessário*. v. 18, n. 36, maio-ago. 2020a. p. 320-342.

SOUZA, José Vieira. Retrato da expansão e avaliação dos cursos superiores de tecnologia de 2003 a 2018. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*. v. 5, n. 8, maio 2020b, p. 119-137.

FILHO, João Ribeiro dos Santos; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. A expansão da rede federal de educação profissional e os desafios do financiamento (2013-2018). *Revista Trabalho, Política e Sociedade*. v. 5, n. 8, maio/2020, p. 33-50.

AUTOR, Autor. *Tese de doutorado*. 2020.